

A IMPORTÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Heron Silva Oliveira¹
Gaspar de Araujo Fontoura²

RESUMO

O presente estudo é identificar a importância do fluxo de caixa como ferramenta no controle financeiro nas micro e pequenas empresas. Pretendeu-se analisar como a busca do equilíbrio financeiro através do controle de entradas e saídas poderão fornecer aos gestores informações financeiras que possam ser úteis para a tomada de decisões. A metodologia da pesquisa orientou-se pela pesquisa bibliográfica e exploratória com base em pressupostos teóricos de autores que demonstram as proposições sobre a relevância do fluxo de caixa para a micro e pequena empresa. Os resultados demonstraram que o fluxo de caixa é fundamental no processo de validação dos relatórios gerenciais e, portanto, determinante para o sucesso da pequena empresa.

Palavras-chave: Fluxo de Caixa, Controle Financeiro, Equilíbrio, Tomada de Decisões.

¹ Discente do Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Finanças, 1 - FTC/BA Administrador de empresas E-mail: heronhso@gmail.com.

² Professor Orientador, Mestrando em Energia, Especialista em Finanças Corporativas, Economista e Professor de Pós Graduação nos cursos de Gestão Empresarial e Controladoria e Finanças – FTC/BA. E-mail: gasparfontoura@yahoo.com.br

ABSTRACT

The present study is to identify the importance of cash flow as a tool for financial control in micro and small enterprises. It was intended to examine how the pursuit of financial stability through control of inputs and outputs can provide managers with financial information that may be useful for decision-making. The research methodology was guided by the literature search and exploratory based on theoretical assumptions of authors demonstrate that the propositions on the importance of cash flow to micro and small enterprises.

The results showed that cash flow is critical in the validation process of management reports and therefore crucial to the success of small business.

Keywords: Cash Flow, Financial Control, Balance, Decision Making.

1. INTRODUÇÃO

Aos gestores de micro e empresas é fundamental o controle financeiro através de informações contábeis que possam garantir um gerenciamento eficaz das finanças. O Fluxo de Caixa é apontado por autores como Gazzoni (2003); Sell (2004) como uma ferramenta que permite o controle das obrigações financeiras para manutenção do capital de giro.

O pressuposto desse estudo centra-se na ideia de que são necessárias aos gestores de micro e pequenas empresas um recursos contábil que estabeleça de forma simplificada a previsão dos recursos monetários a partir do uso de base de dados que forneçam um prognóstico para a determinação de cenários que estabilizem o capital de giro e facilitem o processo de captação de recursos.

As noções básicas sobre a gestão financeira como instrumento de decisões nas empresas depende do controle direto das operações de caixa nas micro e pequenas empresas e o uso eficiente das informações para o planejamento próprias operações em uma visão abrangente.

O objetivo deste estudo é identificar a importância do fluxo de caixa como ferramenta no controle financeiro nas micro e pequenas empresas. Pretendeu-se analisar como a busca do equilíbrio financeiro através do controle de entradas e saídas poderão fornecer aos gestores informações financeiras que possam ser úteis para a tomada de decisões.

A metodologia da pesquisa orientou-se pela pesquisa bibliográfica e exploratória com base em pressupostos teóricos de autores que demonstram as proposições sobre a relevância do fluxo de caixa, delimitando-se o estudo para as micro e pequenas empresas.

A motivação para a realização desse estudo pautou-se na visão de que os administradores de micro e pequenas empresas que atuam no mercado e desconhecem a importância do conhecimento do controle de finanças tenderão a sofrer dificuldades de manter a competitividade.

A problemática do estudo aponta para as limitações das micro e pequenas empresas para o controle financeiro que poderão enfrentar muitos fatores de riscos devido às limitações de informações contábeis para favorecer aos gestores ou administradores uma visão ou cenarização para uma perspectiva de gestão financeira favorável.

Neste sentido, toda a evolução empresarial e sua relação com o mercado exigem aspectos econômicos e financeiros que envolvem o controle financeiro, tributário, contábil e o conhecimento da estrutura e funcionamento do mercado. Portanto, os gestores devem desenvolver uma gestão de riscos financeiros a partir de estratégias de controle financeiro, através do fluxo de caixa.

2. CONCEITOS BÁSICOS DE FLUXO DE CAIXA

Apresentaremos o processo que conduz a administração da empresa a acompanhar as diretrizes de mudanças e a rever, quando necessário, as metas já estabelecidas. Assim, poderá a administração visualizar com antecedência as possibilidades de investimento, o grau de endividamento e o montante de dinheiro que considere necessário manter em caixa, visando seu crescimento e sua rentabilidade. “Os

planos financeiros e orçamentos fornecem roteiros para atingir os objetivos da empresa”. Além disso, esses veículos oferecem uma estrutura para coordenar as diversas atividades da empresa e atuam como mecanismo de controle estabelecendo um padrão de desempenho contra o qual é possível avaliar os eventos.

O fluxo de caixa é considerado um dos principais instrumentos de análises e avaliação de uma empresa, pode-se afirmar que o fluxo de caixa é demonstração visual das receitas e despesas distribuídas pela linha do tempo futuro. O fluxo de caixa constitui ferramenta de fundamental importância para a boa administração e avaliação das organizações. A sua adoção possibilita uma boa gestão dos recursos financeiros, evitando situações de insolvência ou falta de liquidez que representam sérias ameaças à continuidade das organizações.

Sell avalia a importância da gestão do fluxo de caixa, identificando essa informação contábil como uma ferramenta eficaz nos seguintes processos:

Na prevenção de problemas de liquidez, na evidenciação da relação entre lucro e fluxo de caixa, na definição das estratégias de pagamento de dívidas, na análise da aplicação dos recursos do caixa, no apontamento dos reflexos das políticas financeiras adotadas pela administração sobre o fluxo de caixa, além de outras tarefas ligadas ao planejamento e à administração das fontes e das necessidades de recursos financeiros.

(SELL, 2004, p. 36)

Os resultados das informações o Fluxo de Caixa permitem a identificação de processos de operações financeiras relevantes para as micros e pequenas empresas. Para Zdanowicz (1998, p. 23): “fluxo de caixa é o instrumento que relaciona o futuro conjunto de ingressos e de desembolsos de recursos financeiros pela empresa em determinado período”. O Fluxo de Caixa consiste na representação da situação financeira de uma empresa, levando em conta todas as fontes de recursos e todas as aplicações na atividade produtiva, bem como em investimentos.

O Fluxo de Caixa apresenta-se como uma ferramenta de aferição e interpretação das variações dos saldos do Disponível da empresa. É o produto final da integração do Contas a Receber com o Contas a Pagar, de tal forma que, quando se comparam as contas recebidas com as contas pagas tem o fluxo de caixa realizado, e quando se comparam

as contas a receber com as contas a pagar, tem-se o fluxo de caixa projetado.

(Sá 1998, p. 03)

Nesta perspectiva, Assaf Neto e Silva (1997, p. 35) ressaltam que conceitualmente,

O fluxo de caixa é um instrumento que relacionam os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo. A partir da elaboração do fluxo de caixa é possível prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando-se medidas saneadoras a serem tomadas.

(Assaf Neto e Silva, 1997, p. 35)

Diante dos conceitos abordados, destacam-se a importância do fluxo de caixa como ferramenta de apoio às decisões empresariais em um ambiente cada vez mais competitivo, Na medida em que favorece a aplicação de recursos disponíveis com a máxima eficiência torna-se cada dia mais o fluxo de caixa em elenco de informações que auxiliam os gestores nesta árdua tarefa de administrar as empresas.

A importância do fluxo de caixa mensal é comparável ao fluxo de caixa diário. Como operação de controle de caixa representa uma cenarização de conjunto dos movimentos realizados durante o mês. Portanto, sua finalidade é evidenciar todos os movimentos realizados envolvendo as contas e controle de recursos. Os resultados do balanço patrimonial dependem de suas informações geradas ao longo dos meses.

O fluxo de caixa direto e indireto oferece como demonstrativo contábil, a vantagem de ser uma ferramenta usual simples e não exige um grau elevado de conhecimento de contabilidade empresarial. Portanto, essa ferramenta de controle interno é apresentada em forma de relatório de fluxo de caixa. E com sua importância deve ser incorporado às demonstrações financeiras tradicionalmente publicadas pelas empresas.

Conforme Marion (1998), o demonstrativo contábil do fluxo de caixa direto e indireto representa efetivamente a entrada ou saída de numerário, valores pagos ou recebidos, onde não se indaga se estão com ou sem impostos. Portanto, apenas se registra exatamente o valor financeiro efetivado na operação.

Dessa forma, no grupo de contas de despesas, têm-se contas para evidenciar no total das compras brutas e os impostos pagos juntamente com os valores das mercadorias. Igualmente, as vendas de produtos devem ser registradas pelos valores das mercadorias vendidas, mais os impostos notificados e os outros impostos sobre as vendas. O fluxo de caixa das micro e pequenas empresas se integram ao conjunto de ingressos e desembolsos de numerário no caixa ao longo de um período pré-determinado. Neste entendimento, acredita-se que o fluxo de caixa consiste na representação dinâmica da situação financeira de uma empresa permitindo aos gestores conhecerem como estão sendo utilizadas as fontes de recursos e todas as aplicações envolvidas.

3. FLUXO DE CAIXA COMO INSTRUMENTO FINANCEIRO E BASE DE APOIO AO PROCESSO DECISÓRIO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

3.1. CLASSIFICAÇÃO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

Na economia nacional as micro e pequenas empresas ganharam seu espaço e grandes benefícios, a maior motivação na abertura de uma empresa de pequeno porte, tanto para os empresários de firmas de sucesso como de empresas extintas, se dá pela identificação de uma oportunidade de negócio. A segunda maior motivação corresponde à existência de experiência anterior e talvez seja este um dos principais fatores responsáveis pelo sucesso de novos negócios.

Menezes (2003) avalia que a micro e pequena empresa enfrenta problemas por não possuírem capital de giro, sendo necessário captar recursos para a sua manutenção. Tal medida é sempre um desafio empresarial que exige o uso de estratégia de controle financeiro. A falta de capital quer para o arranque da atividade quer, sobretudo para o desenvolvimento das atividades produtivas, formação de capital de giro e investimento em tecnologia se torna possível se houver controle contábil para que os acionistas e ou/instituições financeiras possam avaliar os resultados anteriores.

Conforme a lei complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2012, - Lei das micro e pequenas empresas a definição de microempresa se enquadra como um ramo da indústria, comércio ou serviços, como empresa individual ou pessoa

jurídica. As empresas são classificadas pelo seu faturamento bruto anual, sendo este, também utilizado como parâmetro para definição do enquadramento em modalidade de empréstimos, financiamentos existentes nas instituições bancárias e, ainda, critério de apoio em algumas linhas de créditos e programas, que poderão ser requeridos para o conhecimento da gestão empresarial.

A Receita Federal, tendo como objetivo o aumento da receita de impostos, tributos e taxas, além de outras exigências, O aumento de tributos implica redução da atividade econômica, inflação e desemprego: redução da atividade econômica porque desestimula as iniciativas empresariais O governo tem sido muito rápido para criar impostos, mas lento para cumprir suas responsabilidades. A falta de gerenciamento é um dos mais graves problemas do País. É preciso reverter o colapso da nossa infra-estrutura com a mesma rapidez com a qual o governo cria e cobra impostos. As empresas têm, em média, 25 dias para o pagamento dos impostos, enquanto o prazo médio para a entrada da receita é de 57 dias. O pagamento dos impostos é realizado antes do recebimento da receita. Essa antecipação, além de obrigar as empresas a recorrer a operações de crédito, configura um confisco antecipado do faturamento, comprometedor da saúde das empresas e do capital de giro dos empreendedores. Em vista disso, há que se considerar sempre a classificação do porte das empresas que obedece aos critérios abaixo relacionados:

Quadro 01 – Classificação de micro e pequenas empresas quanto ao faturamento

Classificação	Receita Operacional Bruta Anual R\$
Micro empresas	até 360.000
Pequenas empresas	de 360.001,00 a 3.600.000,00

Fonte: SEBRAE (2012)

As instituições financeiras, também classificam as empresas quanto ao porte com valores diferentes aos já expostos, para atendimento e enquadramento nas linhas de créditos disponíveis aos seus clientes.

Quadro 02 – Classificação de micro e pequenas empresas quanto ao enquadramento nas linhas de crédito

Classificação	Receita Operacional Bruta Anual R\$
Microempresas	até 720.000,00
Pequenas empresas	de 720.001,00 a 4.800.000,00

Fonte: SEBRAE (2012)

A classificação adotada pelo BNDES, para prestar seu apoio financeiro, está bem acima dos parâmetros anteriores informados, a cada grau de classificação. As exigências são maiores e por esse ângulo, afirmamos que isso possibilita a micro e pequena empresa maior facilidade para realização de seu empreendimento.

Quadro 03 – Classificação de micro e pequenas empresas adotada pelo BNDES

Classificação	Receita Operacional Bruta Anual R\$
Microempresas – de 9 a 19 pessoas	até 1.200.000,00
Pequenas empresas – de 10 a 49 pessoas	de 1.200.001,00 a 10.500.000,00

Fonte: BNDES (2012)

Observa-se que as instituições financeiras, com base em certas Linhas de Crédito, classificam as empresas quanto ao porte com valores bem diferentes dos atribuídos pela Secretaria da Receita Federal. Esse processo facilita o enquadramento em micro e pequena empresa, para as quais são destinados recursos financeiros, oriundos de programas do Governo, com maiores vantagens referentes a prazo, carência e encargos financeiros que exigem controle contábil.

Face ao exposto, verifica-se que em termos do desejo e imposição de tributar, o Estado, na figura da Receita Federal, possibilita ao empreendedor a possibilidades de limitar num patamar de base de cálculo, bem abaixo daquele que oferece para financiar os mesmos empreendimentos, conforme visto no quadro 3 acima descrito, tal fato se observa pois, o mercado, representado pelos bancos comerciais como um todo, estabelecem valores bem acima dos daqueles representados pelo órgão de tributação, porém, num limiar muito abaixo daquele oferecido pelo BNDES.

Tal fato se explica, dentre outros motivos, pelo fato de que só ao Estado, através de seus órgãos de fomento investem no longo prazo, como são os empréstimos de tal órgão, já os citados bancos comerciais, são meros bancos repassadores, que minimizam seus riscos, oferecendo créditos de forma mais facilitada, contudo, com o custo do crédito bem mais elevado. Enquanto o BNDES cobra em média TJLP + 3% a.a, a título de DELCREDERE, o que resulta em comprometimento de menos de 1% a.m, os bancos repassadores, com receio de se comprometerem com tão elevado risco de financiar no longo prazo os investimentos de empresas, escolhem cobrar

em média, taxas que oscilam no mercado financeiro, em torno de 3% a.m., ou seja, três vezes o que um banco de fomento lhes cobra.

O risco dos bancos repassadores é medido em termos do DELCREDERE que, no exemplo trazido a lume, importa no valor de 3% a.a, já os riscos associados aos mesmos, são gigantescos, visto que, no caso de inadimplência dos empreendimentos, o banco oficial, cobrará todo o montante liberado pelo banco repassador e este, arcará com o custo de cobrar o inadimplente aqueles valores de inversões tomados dos bancos comerciais.

3.2 AS DIFICULDADES NA GESTÃO FINANCEIRA NA MICRO E PEQUENA EMPRESA

As micro e pequenas empresas têm grandes problemas no processo de gestão administrativa, devido ao estilo de informalidade e a falta de técnicas para a condução das operações financeiras.

Um dos desafios das micro e pequenas empresas se constituem nas técnicas de controle e planejamento na gestão administrativa. Nesse contexto, a falta de experiência com o uso de estratégias e as dificuldades de administrar em meio às mudanças, traz as dificuldades que afetam a economia das pequenas e médias empresas especialmente, e, as grandes, embora já contemplem certos conhecimentos, capitais de giro e tecnologias buscam a *performance* empresarial através de controle financeiro-contábil.

Portanto, por essa ferramenta, o gestor poderá dispor de informações financeiras capazes de auxiliá-lo na administração de suas insuficiências de caixa. Na concepção de Sell (2004, p. 77), o uso de ferramentas favorece a redução de níveis altos de vulnerabilidade na parte tecnológica.

A gestão administrativa e financeira da empresa depende de controle de contas, portanto trata-se de fator que traz inúmeras vulnerabilidades internas. Neste sentido, o uso de ferramentas de controle e informação de contas correntes, contas a pagar e contas a receber são recursos contábeis importantes.

Outro desafio complexo é a utilização de uma Contabilidade Tradicional que não permite informações mutáveis, mas apenas uma abordagem estática dos resultados financeiros. A contabilidade usada pelas micro e pequenas empresas não favorecem a cenarização de ações que atuam sobre o capital de giro e nem de operações em curto prazo.

Desta forma, o controle de contas é fundamental para alavancagem dos negócios, além do controle as contas a pagar e receber da empresa, a gestão administrativa envolve também a necessidade de controlar os gastos e valores dos tributos, realizar planejamento e prevenção de da cenarização de despesas e receitas, evitar misturar as contas pessoais com contas jurídicas.

4. O FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA DE TOMADA DE DECISÃO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

A sobrevivência e o crescimento da empresa são consequências de um planejamento financeiro que envolve um eficiente orçamento, controle das receitas e despesas e que seja suficiente para a projeção de um fluxo de caixa e consequentemente um melhor controle dos recursos financeiros, garantindo assim a viabilidade e a permanência da empresa no mercado. Gazzoni (2003) demonstra através de estudo realizado com uma empresa do ramo de hotelaria um modelo de Fluxo de Caixa, que permite às micro e pequenas empresas desenvolverem uma ferramenta de gestão financeira pautada em informações contábeis para a tomada de decisões.

Segundo Gazzoni (2003) apresenta o método direto e indireto para demonstrar que o Fluxo de Caixa que permite um processo de diferenciação das operações financeiras. No método direto, o administrador tem as condições de analisar os resultados dos recebimentos e pagamentos e no método indireto, poderá identificar de forma simples.

Quadro 4 – Fluxo de caixa – método direto

FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO
Entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa
Fluxo de caixa das atividades operacionais:

Venda de mercadorias e serviços (+)
Pagamento de fornecedores (-)
Salários e encargos sociais dos empregados (-)
Dividendos recebidos (+)
Impostos e outras despesas legais (-)
Recebimento de seguros (+)
Caixa líquido das atividades operacionais (+/-)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:
Venda de imobilizado (+)
Aquisição de imobilizado (-)
Aquisição de outras empresas (-)
Caixa líquido das atividades de investimento (+/-)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:
Empréstimos líquidos tomados (+)
Pagamento de leasing (-)
Emissão de ações (+)
Caixa líquido das atividades de financiamento (+/-)
Aumento / Diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa
Caixa e equivalentes de caixa - início do ano
Caixa e equivalentes de caixa - final do ano

Fonte: Teles (1997 apud GAZZONI, 2003, p. 46)

No método direto, as operações financeiras da micro e pequena são determinadas pela existência de um grupo determinado pela receita do montante das vendas de produtos e serviços subtraídos os custos do produto ou serviço com todas as despesas de recursos humanos, encargos sociais, fornecedores e seguros, etc.

Neste sentido, avalia-se que o método direto é realmente relevante na medida em que permite aos administradores uma tomada decisão baseada em evidências que podem, por exemplo, determinar os excessos de caixa ou a escassez de recursos dentro do período projetado favorecendo, portanto, a execução de planejamento de metas adequado à política financeira.

As operações de análise e evidência permitem aos administradores uma avaliação de gera recursos e manter o capital de giro, além as condições de custear novas operações tendo um conhecimento concreto da dependência de capitais de terceiros e de instituições financeiras.

Quadro 5 – Fluxo de caixa – método indireto
FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa
Fluxo de caixa das atividades operacionais:
Lucro líquido
Depreciação e amortização (+)
Provisão para devedores duvidosos (+)
Aumento / diminuição em fornecedores (+/-)
Aumento / diminuição em contas a pagar (+/-)
Aumento / diminuição em contas a receber (+/-)
Aumento / diminuição em estoques (+/-)
Caixa líquido das atividades operacionais (+/-)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:
Venda de imobilizado (+)
Aquisição de imobilizado (-)
Aquisição de outras empresas (-)
Caixa líquido das atividades de investimento (+/-)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:
Empréstimos líquidos tomados (+)
Pagamento de leasing (-)
Emissão de ações (+)
Caixa líquido das atividades de financiamento (+/-)
Aumento / diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa
Caixa e equivalentes de caixa - início do ano
Caixa a equivalentes de caixa - final do ano

Fonte: Teles (1997) Apud Gazzoni (2003, p. 48)

Gazzoni (2003, p. 47) avalia a relevância do método indireto para as micro e pequenas empresas nas atividades operacionais relacionadas aos “ajustes ao lucro líquido do exercício”. Através do método indireto, a administração tem a fonte exata

do grupo das atividades operacionais relacionadas aos lucros líquidos obtidos em cada período, dando uma visão mais abrangente do patrimônio.

Kassai (1997, p. 2) afirma que na pequena empresa os desafios muitas vezes são de natureza administrativa, a ausência de organização e a “estrutura financeira inadequada” se fazem devido à falta de conhecimentos de técnicas administrativas. No entanto, as micro e pequenas empresas têm grandes vantagens para o estabelecimento da gestão financeira na medida em que apresenta especificidades como uma maior facilidade de gestão financeira quanto aos critérios de natureza quantitativa que com o uso do fluxo de caixa são mais simples de serem coletados, analisados e comparados com resultados anteriores.

A importância do fluxo de caixa mensal é comparável ao fluxo de caixa diário. Como operação de controle de caixa representa uma cenarização de conjunto dos movimentos realizados durante o mês. Portanto, sua finalidade é evidenciar todos os movimentos realizados envolvendo as contas e controle de recursos. Os resultados do balanço patrimonial dependem de suas informações geradas ao longo dos meses.

Como as micros e pequenas empresas precisam preservar o controle operacional, para honrar suas obrigações, adquirir e financiar ativos circulantes e fixos, o uso da movimentação financeira com o fluxo de caixa é indispensável em todas as situações financeiras tanto em problemas de falta de liquidez e a necessidade de controles contábeis para a captação de recursos de terceiros.

Mesmo não sendo exigido pela legislação fiscal, de acordo com o Artigo 274 do RIR/99, e da legislação comercial, conforme o Artigo 176 da Lei 6.404/76, o fluxo de caixa é um demonstrativo de suma importância para o gerenciamento dos negócios, pois evidencia tanto os períodos em que a empresa se encontra com folga de caixa, como aqueles em que deverá tomar mais cuidados em relação aos seus gastos.

Zdanowicz (1998 apud SELL, 2004, p. 76) ressalta que “o processo de planejamento do fluxo de caixa visa à concepção de uma estrutura de informações útil, prática e econômica que possibilite à empresa estimar de forma segura os futuros ingressos e desembolsos de caixa”. Entende-se, portanto que o principal objetivo do orçamento de caixa é dimensionar, para um dado período, a disponibilidade de recursos para suprir as necessidades de caixa da empresa.

Sendo Sell (2004, p. 77), “o fluxo de caixa orçado é realizado a fim de facilitar a comparação e o entendimento das variações ocorridas em determinado período”. A partir daí, a empresa começa a utilizar os fluxos de caixa semanal, mensal e semestral, sendo este último utilizado de forma a melhorar em longo prazo o processo de tomada de decisão, pois esse demonstrativo facilita a compreensão por parte do gestor dos fatos ocorridos no caixa da empresa.

Portanto, por essa ferramenta, o gestor poderá dispor de informações financeiras capazes de auxiliá-lo na administração de suas insuficiências de caixa. Na concepção de Sell (2004, p. 77), “uma vez expirado o prazo do fluxo de caixa orçado, adiciona-se ao demonstrativo o fluxo de caixa realizado, que automaticamente gerará uma variação positiva ou negativa do período”.

5 VANTAGENS E DESVANTAGENS NO USO DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Na maioria das micro e pequenas, encontramos uma má administração dos recursos financeiros. Os empresários ainda não têm uma mentalidade de planejamento. Isso dificulta muito a sobrevivência da empresa, pois, estas geralmente não possuem grandes reservas de capital, e ao encontrar as primeiras pedras no seu caminho, não estão preparadas e acabam caindo.

É importante ressaltar que os empresários devem estar atentos aos mecanismos que utilizam no planejamento e acompanhamento do desempenho das empresas. A visão empreendedora na organização e do ambiente em que atua deve ser o parâmetro para a aferição e ajustes nos instrumentos utilizados.

Vantagens da DFC

- Mostrar a real condição de pagamento das dívidas;
- Facilidade de entendimento pelos diversos tipos de usuários;
- Análise dos fluxos de caixa passados evidenciam informações relevantes sobre os fluxos de caixa futuros.

Umas das vantagens de se analisar o comportamento do caixa ao longo de um período é justamente conhecer as necessidades e/ou folgas de caixa, podendo a empresa tomar decisões com mais tranquilidade. Mas, para que o fluxo de caixa

seja uma ferramenta gerencial capaz de auxiliar o administrador na tomada de decisões é importante que esse demonstrativo se adapte às particularidades da empresa. O fluxo de caixa oferece como demonstrativo contábil, a vantagem ser uma ferramenta usual simples e não exige um grau elevado de conhecimento de contabilidade. É, portanto, uma ferramenta de controle interno ideal para pequenas empresas empresarial e sua forma simples poderá ser expressa em um relatório de fluxo de caixa, contendo as demonstrações financeiras.

É importante destacar neste contexto, que o administrador financeiro se faz importante, onde este deve, periodicamente, conferir e avaliar os resultados de suas políticas, para que possa efetuar as correções que se façam necessárias, bem como empregar medidas saneadoras e corretivas sobre os pontos de estrangulamento detectados na Empresa.

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa oferece as vantagens da demonstração da real condição de pagamento das dívidas, especialmente em fases de necessidade de controle financeiro interno. O fluxo de caixa é um demonstrativo contábil de fácil entendimento pelos diversos tipos de usuários inexperientes em contabilidade empresarial e evidencia as informações relevantes sobre os fluxos de caixa futuros.

A DFC evidencia o confronto entre as entradas e saídas de caixa, verificando se haverá sobras ou faltas de dinheiro. Permite à administração da empresa decidir com antecedência se a empresa deve tomar recursos ou aplicá-los, e ainda, avalia e controla ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa e seus reflexos monetários.

O fluxo de caixa oferece como demonstrativo contábil, a vantagem ser uma ferramenta usual simples e não exige um grau elevado de conhecimento de contabilidade empresarial. É, portanto, uma ferramenta de controle interno ideal para pequenas empresas e sua forma simples poderá ser expressa em um relatório de fluxo de caixa, contendo as demonstrações financeiras.

Conforme Marion (1998) o demonstrativo representa efetivamente a entrada ou saída de numerário, valores pagos ou recebidos, onde não se indaga se estão com ou sem impostos. Portanto, apenas se registra exatamente o valor financeiro efetivado na operação, favorecendo aos gestores a visualização do controle de caixa e seus resultados diretos no grupo de contas de despesas.

Neste sentido terá as condições de realizar previsões de compras brutas e os impostos pagos juntamente com os valores das mercadorias. Sendo Sell (2004) o fluxo de caixa orçado é realizado a fim de facilitar a comparação e o entendimento das variações ocorridas em determinado período. Os gestores poderão utilizar os fluxos de caixa semanal, mensal e semestral, sendo este último utilizado de forma a melhorar em longo prazo o processo de tomada de decisão, pois esse demonstrativo facilita a compreensão por parte do gestor dos fatos ocorridos no caixa da empresa.

Marion (1998, p. 62), considera que a “Demonstração dos Fluxos de Caixa é a indicação das alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregada em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos” partindo da disposição de informações financeiras capazes de auxiliá-lo na administração de suas insuficiências de caixa.

Na concepção de Sell (2004, p. 77), “uma vez expirado o prazo do fluxo de caixa orçado, adiciona-se ao demonstrativo o fluxo de caixa realizado, que automaticamente gerará uma variação positiva ou negativa do período”.

A importância do fluxo de caixa no tocante às compras nas pequenas empresas representa um fator de facilidade para a realização dos processos que envolvem as operações financeiras: como as operações bancárias comuns: são os descontos de duplicatas, cobranças de títulos e adiantamentos com garantias de duplicatas; as chamadas operações bancárias especiais: consistem em financiamentos das vendas a prazo, empréstimos com penhor mercantil e as operações de financiamento: captação de recursos em longo prazo, que são realizadas em instituições financeiras de fomento e no mercado de capitais.

O fluxo de caixa é uma ferramenta que permite a realização de registros detalhados dos fornecedores, facilitando o lidar efetivo com os termos de pagamento, nomeadamente descontos em compras aplicados a ordens de compra à medida que estas são criadas (JOHNSON & KAPLAN, 1993)

Marion (1998, p. 62), considera que a Demonstração dos Fluxos de Caixa é a indicação das alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregada em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos.

Desvantagens da DFC

- Falta de consenso sobre qual conceito de caixa utilizar (caixa, bancos e títulos de curto prazo ou só caixa e bancos);
- Junção do fluxo de dividendos recebidos com o fluxo da atividade operacional, e os juros pagos e recebidos referentes ao capital de giro são definidos como sendo parte do fluxo de caixa operacional, o que distorce a real geração de caixa pelas operações;
- Possibilidade de manipulação de pagamentos e recebimentos visando melhorar seus fluxos de caixa em um período específico.

Trabalhos acadêmicos como o de Diniz Filho (2003, p. 63), demonstra algumas desvantagens do Fluxo de Caixa como ferramenta de controle interno das empresas, “pela falta de consenso sobre qual conceito de caixa utilizar, como caixa, bancos e títulos de curto prazo ou só caixa e bancos; b) a junção do fluxo de dividendos recebidos com o fluxo da atividade operacional, e os juros pagos e recebidos referentes ao capital de giro poderem ser definidos como sendo parte do fluxo de caixa operacional, o que distorce a real geração de caixa pelas operações; e c) a possibilidade de manipulação de pagamentos e recebimentos visando a melhorar seus fluxos de caixa em um período específico, elencam questões que são pertinentes às empresas de capital aberto ou de grande porte”.

No entanto esse processo de desvantagem se constitui para as gestões de empresas de maior porte que necessitam, portanto, de uma contabilidade mais complexa. No caso das empresas de pequeno porte o Fluxo de Caixa (FC) pode ser considerado um demonstrativo contábil importante nas tomadas de decisões. Nesse contexto, sua finalidade imediata serve aos interesses do gerenciamento de controle interno que é a evidenciação das entradas e desembolsos de recursos, de modo a proporcionar análises importantes sobre o comportamento da empresa.

Assim, identificar-se a importância desse demonstrativo para a pequena empresa, a partir de sua utilização como cenarização futura que permite a projeção de investimentos e a formulação de planos futuros, por que tem a função de expressar as informações correspondentes relativas à projeção.

A demonstração de fluxo de caixa histórico pode ser preparada a partir das outras demonstrações já elaboradas e divulgadas pela empresa, permitindo a análise das causas de modificação do caixa da empresa e um estudo do seu comportamento

financeiro ao longo do tempo. Na concepção de Diniz Filho (2003, p. 64) “é um adequado instrumento de análise”.

Considerando-se a análise de Sell (2004), “Independente do tamanho, toda empresa é movida à caixa, e é através do fluxo de caixa que se identifica exatamente o quanto está disponível para ser distribuído aos credores, aos acionistas; as carências de recursos e suas fontes”. Portanto, a insuficiência de caixa pode determinar cortes de créditos, suspensão de entrega de mercadorias, descrédito junto a fornecedores e clientes, a falta de capital de giro faz a empresa recorrer a recursos com custos financeiros elevados, podendo perder o controle sobre endividamento.

O processo de controle interno é uma forma de gerenciamento eficaz através de duas estratégias: controle contábil e planejamento financeiro, em todas essas estratégias necessárias às empresas, o Fluxo de Caixa funciona como uma ferramenta de informação gerencial permite identificar o processo de circulação do dinheiro, a liquidez da empresa e as necessidades futuras de caixa.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como foco a relevância do fluxo de caixa para o controle financeiro das micro e pequenas empresas, as fontes bibliográficas permitiram atingir o objetivo do estudo na medida em que se comprovaram as vantagens do fluxo de caixa como ferramenta de controle, podendo a pequena empresa tomar decisões formais com mais tranquilidade e manter controle sobre o capital de giro. Mas, para que o fluxo de caixa seja uma ferramenta gerencial capaz de auxiliar o administrador na tomada de decisões é importante que esse demonstrativo se adapte às particularidades da empresa.

Aos gestores de pequenas empresas, o Demonstrativo de Fluxo de Caixa oferece as vantagens da demonstração da real condição de pagamento das dívidas, especialmente em fases de necessidade de controle financeiro interno. O fluxo de caixa é um demonstrativo contábil de fácil entendimento pelos diversos tipos de usuários inexperientes em contabilidade empresarial e evidenciam as informações relevantes sobre os fluxos de caixa futuros.

Assim o Fluxo de Caixa pode ser considerado um demonstrativo contábil importante nas tomadas de decisões. A finalidade imediata serve aos interesses do gerenciamento de controle interno que é a evidenciação das entradas e desembolsos de recursos de modo a proporcionar análises importantes sobre o comportamento da empresa.

Constatou-se que o fluxo de caixa é fundamental no processo de validação dos relatórios gerenciais e, portanto, determinante para o sucesso da pequena empresa. Como o fluxo de caixa se constitui em uma ferramenta de simples compreensão, o gestor pode utilizar todas as informações e assim, participando da contabilidade gerencial na cultura da empresa, na tomada de decisões apoiado em informações extraídas da contabilidade.

O gestor deve participar também do controle interno, compreendendo suas formas, junto à figura do contador nas exigências da micro e pequena empresa e se tornar um facilitador na evidenciação das informações gerenciais necessárias ao processo decisório.

Sugere-se o desenvolvimento de um sistema integrado de informação que contemple o fluxo de caixa diário de forma consolidada nos sistemas operacional, financeiro e contábil, a fim de fortalecer a eficácia na gestão da empresa, partindo do processo de tomada de decisões, a partir dos aprimoramentos dos relatórios gerenciais com base no uso do fluxo de caixa que visam, sobretudo, informar aos gestores os resultados em que a empresa se encontra no mercado.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César A T. **Administração do capital de giro**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento. Em prol das micro, pequenas e médias empresas no Brasil. 2012. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt Acesso em: 30 out 2012

DIAS, Carlos Amaral. **A importância do fluxo de caixa**. Porto Alegre: Atlas 2005

DINIZ FILHO, Newton Vianna. **Planejamento econômico e financeiro nas pequenas empresas comerciais**. 2003, 154 fs. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2003.

FREZATTI, Fábio. **Gestão do fluxo de caixa diário**. São Paulo: Atlas, 1997.

GAZZONI, E. Inez. **Fluxo de caixa: ferramenta de controle para a pequena empresa**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2003.

JOHNSON, H. Thoman; KAPLAN, Robert S. **Contabilidade gerencial: a restauração da relevância da contabilidade nas empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

KASSAI, Silvia. **As Empresas de pequeno porte e a contabilidade**. Caderno de Estudos, São Paulo: FIECAFI, v.9, n. 15, p.60-74, jan./jun. 1997.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1998.]

MENEZES, Edgard J. C. **A importância da administração do capital de giro**. 2003. Disponível em: <<http://www.dpaconsultoria.com.br/artigos/Artigo>
Acessado em 30/10/2012

PADOVEZE, Clovis Luis. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

RECEITA FEDERAL, Artigo 274 do RIR/99, e da legislação comercial, conforme o Artigo 176 da Lei 6.404/76, Disponível em:
<http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/dipj/2001/PergResp2001/pr236a239.htm>
Acessado em 30/10/2012

SÁ, Thomas Tosta de. **Empresa emergente: fundo de investimento e capitalização**. Brasília: Sebrae, 1994.

SANVICENTE, Antonio Z. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1997.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas. 2005. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes>
Acessado em 30/10/2012

SEBRAE – Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em : <http://www.sebrae.com.br/uf/paraiba/sites-especiais/simples-nacional>
Acessado em 30/10/2012

SELL, Graciele Kieser. **Uma sistemática para inserir a contabilidade gerencial no processo decisório nas pequenas e médias empresas**: um estudo de caso. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, 2004.

TELES, Egberto Lucena. **A demonstração do fluxo de caixa como forma de enriquecimento das demonstrações contábeis exigidas por lei**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília, ano XXVI, nº 5, p.64-71, jul.1997.

THOMPSON JR, Arthur A.; STRICKLAND III, A. J. **Planejamento estratégico: elaboração, implementação e execução**. São Paulo: Pioneira, 2000

VIANNA, Marco Aurélio Ferreira. **Revolução estratégica e gerencial**. Rio de Janeiro: Mapa 8, 1991.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa**. 7. ed. Porto Alegre: Sagra, 1998.